

Ata da 18ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida em 24 de novembro de 2004, 4ª feira, às 9 horas, na sala de reuniões do 2º andar do Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, iniciou a reunião dando boas vindas aos membros da Comissão, informando os pontos da agenda e encaminhando pedido de desculpas do representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Prof. Cylon Gonçalves Silva, pela sua ausência.

1. Aprovação da Ata da 17ª reunião da Comissão Interministerial.

O Secretario Executivo da Comissão informou que a ata da 17ª reunião encaminhada para análise dos membros da Comissão no dia 22 de novembro. Não havendo comentários ou objeções dos presentes a ata foi considerada aprovada.

2. Comentários do Representante do Ministério das Relações Exteriores.

O Conselheiro André Correia do Lago, representante do Ministério das Relações Exteriores, apresentou alguns informes. Mencionou que a 2ª reunião preparatória para a COP 10 foi realizada no dia 22 de novembro no Palácio do Itamaraty, em Brasília, tendo contado com ampla participação e a presença de grande parte dos representantes ali presentes. Relembrou que com a ratificação do Protocolo de Quioto pelo governo da Federação Russa, este entrará formalmente em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005. Acrescentou que o primeiro registro no *Executive Board* (EB) de um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é o projeto brasileiro Nova Gerar. Informou ainda que o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) teve sua reunião de reabertura programada para o dia 30 de novembro, às 9 horas, no Palácio do Planalto, e contará com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo sua avaliação, as novas atividades do Fórum marcarão um início de um novo dinamismo na área de Mudança do Clima na sociedade brasileira.

Ademais, estabeleceu que a data limite para o recebimento de sugestões e idéias para serem discutidas durante a COP 10, além dos nomes para compor a delegação brasileira, será dia 21 de novembro. A respeito da Delegação Brasileira, informou que ela contará com a presença de dois Ministros de Estado: o Ministro Eduardo Campos, da Ciência e Tecnologia, que presidirá a delegação e também o Painel de Ciência e Tecnologia, a ser realizado durante o Segmento de Alto Nível da COP 10; bem como a Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente.

Informou, ainda, que as reuniões do Grupo dos 77 mais China foram marcadas para iniciarem no dia quatro de dezembro, que contará com a presença de representantes do Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

3. Memorandos de Entendimento (MOUs).

Acerca dos Memorandos de Entendimento (MOU), o representante do MRE informou que no dia 23 de novembro havia sido assinado o 1º MOU entre Brasil e Canadá, que tratou especificamente do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, demonstrando assim a

importância deste mecanismo e dos investimentos decorrentes de suas atividades no Brasil. Destacou ainda que outros sete MOUs estão sendo negociados com outros países. O Brasil pretende firmar um MOU com o Japão durante a visita presidencial de Lula àquele país.

4. Logística e Imprensa na COP 10.

O Secretário Executivo da Comissão informou que, a pedido do Ministro Eduardo Campos, uma sala com 85 m² havia sido alugada para atender a delegação brasileira durante a COP 10.

O Ministério do Meio Ambiente lembrou que durante a COP 9 ocorreram problemas de comunicação em função da distância, crise financeira brasileira e o elevado valor do euro, fatores estes que restringiram a participação brasileira naquele evento. Informou, ainda, que a Radiobrás disponibiliza um serviço de geração de notícias para cobrir os Ministros por meio de boletins diários, desde que financiada. O representante da Casa Civil ressaltou a importância da participação da imprensa institucional, garantindo assim adequada cobertura jornalística e ligação com os demais segmentos da imprensa.

O Secretário Executivo da Comissão informou que iria verificar os custos para rateio entre os ministérios, lembrando entretanto, que a proximidade geográfica com o Brasil garantirá ampla participação brasileira, inclusive da imprensa. O representante do Ministério de Relações Externas avaliou positivamente a produção de boletins diários para a cobertura jornalística e comprometeu-se a verificar outras soluções junto a sua assessoria de imprensa.

5. Apresentação da Comunicação Nacional.

Respondendo a um questionamento do representante do MMA sobre a dinâmica do evento de apresentação da Comunicação Nacional durante a COP 10, o Conselheiro André Correia do Lago, representante do MRE, informou que o Brasil apresentará a Comunicação Nacional em um evento no dia 10 de dezembro de 2004, das 18 às 19 horas, e a China apresentará sua Comunicação no mesmo evento, das 19 às 20 horas. A sessão será iniciada com uma introdução da Secretária Executiva da UNFCCC, seguida por apresentações técnicas dos Drs. Miguez (MCT) e Capobianco (MMA). Destacou que os planos e ações destinados a solucionar os problemas relacionados ao desmatamento devem ser ressaltados durante as apresentações, lembrando que o povo brasileiro é o mais afetado e interessado em solucionar todas essas questões.

O Secretário Executivo da Comissão advertiu para a necessidade de se enfatizar que a elaboração da Comunicação Nacional seguiu as diretrizes estabelecidas pelas Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima. Por esse motivo, o inventário da primeira Comunicação Nacional abrangeu o período de 1990 até 1994. Sugere ainda que o Ministro Everton Vargas, do MRE, deva proferir um discurso de abertura da apresentação brasileira, garantindo assim caráter político ao evento.

A respeito da apresentação nacional da Comunicação, o Secretário Executivo da Comissão informou que o Ministro Eduardo Campos estava consultando diretamente com o Presidente Lula sobre a melhor data para a apresentação do documento.

O representante do MMA propôs que se convocasse uma reunião com a imprensa dez dias após a apresentação da Comunicação Nacional. Entretanto, a posição do MRE é de que o melhor momento para esta reunião deveria ser durante o período entre a apresentação da Comunicação e a chegada dos Ministros na COP 10.

O representante do MMA também destacou sua preocupação sobre a articulação dos Ministros para a apresentação da Comunicação Nacional. Em relação a isso, o representante do MRE informou que os Ministros do MCT e MMA já estão em contato no intuito de se articularem.

6. Submissão de Novos Projetos e discussões sobre novas regras para a CIMGC.

O Secretário Executivo da Comissão anuncia a submissão de um novo projeto MDL à Comissão, desenvolvido pela Marka Consultora. O último documento necessário para a análise do projeto foi entregue no dia 22 de novembro. Destacou também que o Documento de Concepção de Projeto (PDD) já está disponível no *site* do MCT desde o dia 22 de novembro e que o prazo de dois meses para análise do documento já está sendo contado desde esta data. Convidou, ainda, o representante do Ministério das Cidades a se pronunciar sobre o projeto, uma vez que se trata de um aterro sanitário que envolve a disposição de resíduos urbanos.

O representante do Ministério das Cidades informou que o projeto em questão não informa os mecanismos de desenvolvimento sustentável para o público alvo e as comunidades envolvidas, ressaltando que se trata de um projeto que já se encontra implantado. O Secretário Executivo da Comissão lembrou que se deve avaliar a questão do desenvolvimento sustentável dos projetos sob a luz da Resolução nº 1 da CIMGC, informando ainda que o fato do projeto já se encontrar implantado, não necessariamente, elimina sua elegibilidade como atividade MDL.

O Secretário Executivo da Comissão advertiu para a necessidade de se reconsiderar os prazos de análises da Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima (CIMGC), lembrando que as empresas costumemente apresentam as documentações ao final dos prazos. Ressaltou que a demanda ainda é pequena, embora com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto a tendência é que se torne significativamente mais elevada.

O representante do MMA sugere que após a COP 10 sejam iniciados estudos visando a atualização da Resolução nº 1 da CIMGC. O Secretário Executivo ressaltou que uma possível Resolução nº 2 da CIMGC deva conter detalhamentos sobre os critérios de submissão, entre os quais o estabelecimento de normas para execução das reuniões dos “tomadores de decisão” (*stakeholders*).

O representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio mencionou a possibilidade da criação de um Centro de Mercado Brasileiro de Reduções de Emissões junto a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF). Essa iniciativa também teria a finalidade de criar linhas de financiamento de projetos MDL no Brasil.

O representante do Ministério das Cidades anunciou uma iniciativa conjunta com o Ministério do Meio Ambiente para elaborar 29 projetos MDL em grandes cidades brasileiras. O Secretário Executivo da Comissão colocou-se à disposição para auxiliar na elaboração de projetos de interesse público.

O representante do Ministério do Meio Ambiente destacou que a demanda na área de projetos que envolvam resíduos sólidos deve ser grande. Nesse sentido, alegando que o papel da CIMGC não pode suprir o papel de outras esferas do poder público, sugere que o MMA e o Ministérios das Cidades sejam mais atuantes nesse assunto.

O representante do MMA ainda ressaltou a necessidade de um mecanismo para resguardar o trâmite dos processos na CIMGC. O Secretário Executivo da Comissão destacou que a CIMGC apenas protocola projetos cuja documentação esteja completa. A principal atribuição desta Comissão é checar se os critérios de desenvolvimento sustentável dos projetos foram cumpridos. Esta Comissão não tem a atribuição de fazer análises de questões técnicas sobre os projetos.

O Secretário Executivo da Comissão informou que o calendário de reuniões da CIMGC deve ser definido previamente, uma vez que tem influência sobre o mercado. Segundo ele, o atual cronograma de seis reuniões anuais será insuficiente para o ano de 2005, uma vez que a demanda tende a aumentar. Sugere, assim, que mais reuniões sejam agendadas durante o novo ano, o que deverá ser reavaliado no decorrer de 2005. Não havendo comentários ou objeções dos presentes, a proposta do cronograma foi considerada aprovada, como apresentada, mantido o número de 6 (seis) reuniões anuais.

Informou também que o Guia de Submissão de Projetos não recebeu comentários e, assim, será disponibilizado no *site* com atualizações periódicas.

Ademais, o Secretário Executivo da Comissão informou que o Decreto de ampliação dos membros da CIMGC está tramitando junto a Casa Civil e que, devido a relevância do acompanhamento econômico dos assuntos referentes ao MDL pelo Ministério da Fazenda, está sendo avaliada também a inclusão deste Ministério junto a CIMGC. Espera-se que o Ministro Palocci formalize, em breve, um pedido neste sentido ao Ministro Eduardo Campos. O representante do MMA relembra que havia sido levantada a hipótese de se formalizar a presença do Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas junto a CIMGC na condição de ouvinte, sem direito a voto.

7. Projeto de Lei Ronaldo Vasconcelos.

O representante do Ministério da Agricultura questionou o Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Mudança do Clima, apresentado pelo Deputado Ronaldo Vasconcelos. O representante do MMA propõe que se articule uma conversa entre representantes do Poder Executivo e o Deputado para tratar do assunto e tentar modificar o escopo do Projeto de Lei em questão.

Não havendo mais assuntos a tratar o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretário Cylon Gonçalves Silva, que chegou no decorrer da sessão, declarou encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes.